

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A MÁ MORTE NO DISCURSO ECLESIASTICO CATÓLICO NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Felipe Tito Cesar Neto

Doutorando em História do PPGH – UNIRIO

felipetito@edu.unirio.br

Introdução

O ponto de partida para a pesquisa que se encontra em andamento foi a constatação comum à historiografia da morte, tanto internacional como brasileira, de que as atitudes católicas diante da morte, do período medieval até meados do século XIX, foram marcadas pela proximidade entre vivos e mortos, pela familiaridade com o tema da morte e pela adoção de uma série de práticas funerárias com vistas a alcançar a salvação da alma após a morte. Considerando o Cristianismo como religião de salvação, a base das doutrinas elaboradas no âmbito da hierarquia eclesiástica católica terá como foco o destino da alma do fiel após a morte, por ocasião do Juízo Final: se ao Paraíso ou ao Inferno (VOVELLE, 1978, 1983; ARIÈS, 2014, 2017; ARAÚJO, 1997; REIS, 1991; RODRIGUES, 2005; dentre outros).

A base dessa concepção era a busca da chamada “Boa Morte”, considerada pelo clero católico como aquela preparada antecipadamente, ao longo da vida, por meio de atitudes segundo os ensinamentos eclesiásticos e que, na iminência do passamento, seria antecedida pela realização de práticas e rituais com vistas a obter o perdão por eventuais pecados cotidianos e a garantir a intercessão pela alma visando a salvação no pós-morte e, por fim, a ida ao Paraíso. Dentre as práticas e rituais recomendados para esse momento, as mais comumente adotadas eram: a redação do testamento de “últimas vontades”, a recepção dos “últimos sacramentos” (penitência, eucaristia e extrema-unção), o amortalhamento em roupas de santo, o velório, a encomendação da alma, o sepultamento no espaço sagrado dos templos e a realização de sufrágios *post-mortem*. Por meio dessas e de outras atitudes, o objetivo era garantir o máximo de perdão pelos eventuais erros cometidos em vida e intercessão da corte celestial (Cristo, Virgem Maria, santos e anjos) pela alma dos fiéis que morressem amparados pela intermediação do clero católico e pela

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

companhia das irmandades religiosas, de familiares, parentes e demais membros da comunidade paroquial.

Não só os trabalhos indicados nas referências bibliográficas citadas no primeiro parágrafo, mas outros inúmeros estudos que se voltaram para esse que é um dos temas mais pesquisados no âmbito da historiografia da morte, abordaram questões em torno das concepções ou das práticas rituais sobre a Boa Morte. A nossa pesquisa segue no sentido oposto, ao propor o estudo do que poderíamos chamar de Má Morte ou Mal Morrer. Trata-se de uma temática que ainda não mereceu investigação específica no Brasil. O caminho que escolhemos para abordá-la é pelo enfoque do discurso clerical católico, presente em textos de caráter religioso e doutrinário publicados em Portugal e destinados aos fiéis do mundo luso-brasileiro, entre os séculos XVII e XVIII, tais como: manuais de bem morrer e sermões –. Essas obras visavam instruir os fiéis acerca das doutrinas católicas e davam corpo à chamada “pedagogia do medo”, difundida desde a Baixa Idade Média, que embasava a prática pastoral cristã-católica sustentada na ameaça de punição da alma após a morte aos pecadores. O local de punição ocorreria em dois lugares do além-túmulo cristão: o Purgatório (local de punição provisória para os que tivessem cometido pecados “leves, cotidianos e veniais”) e o Inferno (local de punição eterna para os que tivessem cometido pecados capitais) (DELUMEAU, 2003; VOVELLE, 1983).

A escatologia católica será importante fio condutor na definição do nosso objeto de estudo, uma vez que é em relação aos lugares e destinos da alma do fiel católico no além-túmulo que as concepções eclesiais da “má morte” serão delimitadas. Até a Baixa Idade Média ocidental, a lógica de organização da geografia do Além-túmulo era binária, sendo o Inferno e o Paraíso os destinos dos pecadores e dos salvos, respectivamente. A partir de fins do século XII e do início do século XIII, um Terceiro Local torna-se presente nesse imaginário cristão: o Purgatório (LE GOFF, 2017; VOVELLE, 2010). Destinado àqueles que não estivessem aptos para a salvação logo após a morte e que tivessem pecados enquadrados na categoria de venial, ou seja, perdoáveis, os quais seriam purgados oferecendo à alma pecadora a chance de ir para o Paraíso (LE GOFF, 2017, 16, 23 e passim; LE GOFF, 1994, 109-122). Uma vez nesse lugar do além, as almas não teriam mais condições de agir por si, em busca da salvação, necessitando de orações dos vivos para que conseguissem a intercessão de santos, anjos, da Virgem Maria

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e de seu filho Jesus Cristo abreviando a saída do Purgatório. O que suscitou uma intensa solidariedade entre vivos e mortos, como afirmaram Le Goff (2017) e Vovelle (2010).

Esta doutrina fez emergir outro novo componente na escatologia cristã, que foi a concepção do Julgamento Individual da alma na iminência da morte. Até então vigia a crença de que após a morte a alma aguardaria num sono profundo até o dia da Ressurreição no final dos tempos, quando haveria o julgamento coletivo, por ocasião do Juízo Final, por meio do qual o destino entre Inferno e Paraíso seria selado. Com a emergência do Purgatório, há uma redução do tempo de espera até o Juízo Final na medida em que, no momento da morte, haveria um Julgamento Particular que selaria o destino da alma, possibilitando a ida para aquele Terceiro Lugar do Além (a fim de se purificar e ir para o Paraíso ou continuar penando/sofrendo até o Juízo Final) ou para o Inferno (ARIÈS, 2014, 139-143; RODRIGUES, 2005, 47; QUÍRICO, 2009, 57-102). Essa associação entre a doutrina do Purgatório e a crença no Julgamento Individual se fez presente na literatura e no discurso eclesiástico católico, desde a Baixa Idade Média, quando se disseminou progressivamente a imagem de que, na iminência da morte, durante a agonia dos últimos “momentos” no leito de morte, o moribundo seria a principal personagem de uma cena que somente ele assistiria: o combate entre as forças demoníacas e as celestiais pela alma de quem estava para morrer que poderia ser arrebanhada para o Inferno ou para o Purgatório. Esta concepção evidenciava a responsabilidade individual no destino da alma após a morte, tornando necessária uma vida em constante vigilância ascética, devido aos riscos, incertezas e angustias envolvendo o futuro soteriológico (ARAÚJO, 1997, 232). É nesse sentido que a morte se transformou num elemento essencial do projeto eclesiástico católico de cristianização e de catequese, sendo o Mal Morrer apresentado em contraposição à Boa Morte e o caminho a ser evitado, sob risco da condenação eterna no além-túmulo. Mesmo não tendo sido objeto de uma investigação específica, é possível identificar o modo pelo qual a temática da Má Morte foi enfocada indiretamente em alguns dos trabalhos clássicos sobre a Boa Morte cristã na historiografia internacional e nacional.

Discussão bibliográfica: A “Boa Morte” e a “Má Morte”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Segundo Philippe Ariès, a “boa morte” católica era aquela preparada com antecedência a fim de se providenciar os ritos fúnebres e afetava o moribundo em seu leito de morte, na presença de membros do clero e das irmandades religiosas, além da família, parentes e amigos (ARIÈS, 2017, 28-47). O ápice dos preparativos para bem morrer era a feitura do testamento, que continha, dentre outros elementos, as orientações e últimas vontades do testador sobre como seriam realizados os ritos fúnebres e demais sufrágios. Além de se precaver frente a inesperados acontecimentos, auxiliava o testador a realizar importante exercício de memória da morte, ao longo da vida. Em oposição à Boa Morte, Ariès menciona a *mors repentina*, como a que ocorria de forma súbita e não preparada. Era, interpretada no catolicismo como instrumento do acaso e muitas das vezes como a cólera de Deus. Não havendo tempo de prepara-se para bem morrer, em especial, com a feitura do testamento, era considerada feia e desonrosa. Por conta disso, causava medo e espanto (ARIÈS, 2014, 12-13). Entretanto, Ariès não avança na conceituação e melhor caracterização e análise dessa que chamaremos aqui de “Má Morte”. Os indícios que apresenta são tão somente pela oposição em relação à morte preparada, como a não feitura do testamento e a não realização de alguns dos ritos fúnebres católicos, a exemplo da administração dos “últimos sacramentos” (ARIÈS, 2014, 2017).

Mesmo também não tendo feito análise sobre o Mal Morrer, Michel Vovelle abriu espaço para identificar alguns dos elementos que nos possibilitam compreender o investimento eclesiástico católico sobre a visão infernalizada do pós-morte, entre os séculos XIV e XV, ao elaborar o conceito de Pedagogia do Medo, partilhado com Jean Delumeau (VOVELLE, 1983, 2010; DELUMEAU, 2003). Para esses autores, um dos aspectos mais importantes de todo o investimento eclesiástico sobre a morte foi o direcionamento da pastoral no sentido do medo, tendo como lugar essencial as representações sobre o Julgamento, as penas do Purgatório e do Inferno, além das concepções sobre punição e castigo.

A base dessa pedagogia do medo era a ideia da culpa e da punição pelos erros cometidos em vida e esteve associada à doutrina do Purgatório. Para Jacques Le Goff (2017, 18-19) e André Vauchez (1987, 142), o investimento que a hierarquia eclesiástica católica fez sobre a doutrina do Purgatório, a partir do século XIII, foi acompanhado pelo igual investimento em torno da confissão auricular como parte do processo penitencial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A culpa, que normalmente levaria à condenação no post-mortem poderia ser remida por meio da contrição e confissão auricular, que se tornou prática obrigatória, ao menos uma vez ao ano, a partir do IV Concílio de Latrão (1215) (RODRIGUES, 2005, 46-47). A importância deste processo para os ensinamentos eclesiásticos sobre o bem morrer foi no sentido de convencer os fiéis de que aos que não se mostrassem arrependidos e não buscassem a contrição por intermédio da confissão seria aplicada a punição após a morte. Nesse sentido, Vauchez (1987, 142) demonstra que modo a pregação clerical feita por meio de sermões e outros tipos de obras produzidas pelo clero insistia no tema da morte do pecador não arrependido, dos avaros e luxuriosos, bradando ameaças terríveis no alémtúmulo aos que não confessasse os pecados a fim de obter a penitência.

O medo se tornaria a mola propulsora desta pedagogia para a vida que se utilizava da visão sobre os castigos infernais após a morte como forma de cristianização. É nesse contexto que se situa a imagem da agonia dos últimos momentos por ocasião da Escatologia Individual mencionada anteriormente, como constataram Jaques Le Goff (2017, 21-25) e Jean-Claude Schimitt (1999, 19). Entretanto, do mesmo modo que nos trabalhos de Ariès, esses estudos priorizaram a análise dos ensinamentos sobre o bem morrer, sugerindo a má morte como possibilidade aos que não seguissem as orientações eclesiásticas sobre o bem morrer, a exemplo das atribulações que as almas dos mortos sem penitência passavam no Purgatório, segundo os relatos em torno dos *revenants* (SCHIMITT, 1999, 19-145).

É nessa ambientação que surgiram as chamadas *ars moriendi*, como analisa Roger Chartier, visando ensinar as práticas do bem morrer aos fiéis católicos. A inquietação criada pela própria Igreja Católica com as ameaças de punição e condenação conduziu à elaboração dos chamados manuais de bem morrer, contendo representações iconográficas e instruções sobre como o fiel deveria se preparar para o momento derradeiro, indicando as atitudes, orações e gestos considerados mais adequados ao objetivo salvífico (CHARTIER, 2004, 131-132). Os manuais eram igualmente destinados a todos os que fossem acompanhar os “últimos momentos” de um moribundo, contendo procedimentos que deveriam ser tomados frente a doença, os ritos que deveriam ser buscados, as orações e gestos para cada momento da morte.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ana Cristina Araújo se debruçou sobre os manuais de bem morrer produzidos em Portugal na Época Moderna, analisando-os em termos de produção, estrutura e instruções presentes nos textos (ARAÚJO, 1997). Além disso, analisou o processo de circulação de alguns manuais de bem morrer que foram considerados “*best-sellers*” no mundo português; alguns dos quais se fizeram presentes na América Portuguesa e instruíram os últimos momentos de habitantes de diferentes cidades, a exemplo do Rio de Janeiro, conforme estudo realizado por Claudia Rodrigues (2005, 31-85). A pesquisa de Ana Cristina acerca das práticas e representações da morte para a cidade de Lisboa, entre 1700 e 1830, contudo, não adentrou no tema da má morte, ao priorizar os aspectos da boa morte e de suas transformações a partir do século XIX (ARAÚJO, 1997, 181 e 183).

Na historiografia internacional são os estudos sobre fantasmas os que mais se aproximam do enfoque sobre a Má Morte, uma vez que esses são compreendidos como mortos que não tiveram a Boa Morte. Jean Delumeau foi um dos que desbravaram essa seara ao afirmar que a narrativa em torno dos fantasmas foi utilizada pedagogicamente pela Igreja, conformando algumas categorias de mortos que se tornavam candidatas a se tornar “fantasmas”, a exemplo daqueles que morriam sem realizar ou sem completar os ritos de passagem, como os suicidas, enforcados, afogados, os que sofreram mortes violentas, dentre outros, que apareceriam aos vivos solicitando orações em intenção de si ou de outras almas do Purgatório e/ou para repreender os vivos para que vivessem de forma ascética (DELUMEAU, 2009, 126-137).

Nessa linha de raciocínio, podemos citar o trabalho de Claude Lecouteaux, que analisou como a ocorrência de morte repentina (súbita, acidental ou por homicídio) estimulava a crença de que os mortos sob tais condições se transformavam em fantasmas, sendo esse tipo de morte considerado uma maldição. Dentre as categorias de “mal mortos” estavam os assassinados, injustiçados, suicidas, prematuros e indivíduos que não tivessem sido devidamente sepultados (LECOUTEUX, 1999, 25-27).

Jean-Claude Schmitt pesquisou os relatos sobre fantasmas, no Ocidente medieval cristão, que narravam aparições de mortos para os vivos e concluiu a partir da análise dos relatos que os mortos não voltariam ou apareceriam para qualquer pessoa. Na sociedade medieval, essas aparições se relacionariam àqueles para os quais os rituais funerários não haviam sido devidamente realizados, seja pela ausência de sepultura em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sagrado ou pela supressão de etapas das cerimônias (especialmente pela ausência das orações). Tais relatos estimulavam a realização da liturgia dos mortos, demonstrando a influência da Igreja católica naquelas sociedades (SCHMITT, 1999, 16-17). Esta categoria de mortos era semelhante à apresentada por Delumeau e Lecouteux; o que demonstra uma base comuns nas concepções católicas sobre os fantasmas que se relaciona com o aspecto da Má Morte (SCHMITT, 1999, 17).

Os trabalhos de natureza antropológica nos ajudam a compreender essa relação entre os fantasmas e a Má Morte. Um deles é o de Arnold Van Gennep (2013) que, ao analisar os ritos de passagem, argumenta que em diferentes culturas o não cumprimento dos ritos funerários ou a sua incompletude afetaria a inserção do morto no além-túmulo, levando-o a ficar vagando, sem deixar o mundo dos vivos. Com a impossibilidade de a alma realizar o trespasse, esses mortos eram considerados os mais perigosos, pois tentariam retornar ao mundo dos vivos e vagariam nessa condição, com um desejo de vingança. Somente com o auxílio dos vivos, poderiam aplacar os seus sofrimentos. Conforme podemos observar, consoante ao autor, as práticas fúnebres são apresentadas como essenciais, tanto para os vivos quanto para mortos, visando a precaução de ambos e a ordem tanto no mundo terreno como no do Além (GENNEP, 2013, 138). Para Louis-Vincent Thomas, a Má Morte romperia com as tradições, causando desordem e revelando a ira dos deuses. O rompimento com a ancestralidade ocorreria na medida em que o defunto teria sua memória apagada, incapacitando-o de ser convertido em antepassado devido à ausência de práticas rituais (THOMAS, 1983, 230-231). Apesar da importância dessas interpretações antropológicas, que certamente contribuem para os estudos históricos sobre os ritos fúnebres, tais abordagens precisam ser historicizadas para que não sejam utilizadas de forma homogênea e generalizada, inviabilizando apreendermos as especificidades do objeto de estudo. Este é mais um elemento que justifica um estudo histórico que vise preencher essa lacuna historiográfica nas pesquisas sobre a má morte.

Esses últimos trabalhos me levam a cogitar que um dos caminhos para o estudo da Má Morte é o que se aproxima da temática dos “*revenants*”, fantasmas e/ou assombrações que também têm sido objeto de poucos estudos específicos. Esse aspecto foi salientado pela historiadora portuguesa Marta Miriam Ramos Dias, ao afirmar que não existe em Portugal, um estudo incisivo considerando os relatos de fantasmas e de viagens

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

realizadas por *revenants*. Embora tenha feito essa instigante afirmação, a autora não realizou este estudo, restringindo-se a enfatizar as obras já citadas acima de que os relatos eclesiásticos de fantasmas e *revenants* tinham como intenção convencer os fiéis da existência do Purgatório e todo o seu sistema de funcionamento e estimular a prática de sufrágios. Por meio do discurso clerical, os relatos dessas aparições foram instrumentalizados de forma pedagógica para a difusão da nova doutrina católica sobre o Além-túmulo, contraponto a Boa e a Má Morte na condução da sua pastoral do medo (DIAS, 2015, 11-15).

Diferentemente dos trabalhos acima mencionados, o recém-publicado estudo de Caroline Callard apresentou investigação inovadora ao focar os fantasmas a partir do estudo de documentação relativa aos séculos XVI e XVII. Inicialmente, a autora aponta que em nossa contemporaneidade observa-se um crescimento de assuntos fantasmagóricos na cultura, como, por exemplo, em obras de ficção. Apesar disso, esse interesse não se fez presente nas pesquisas acadêmicas. Callard chama atenção para a importância do desenvolvimento de estudos nessa área, considerando as particularidades temporais e geográficas em torno de interpretações que envolveriam as aparições de fantasmas. Fomentando, portanto, possibilidades de análises heterogênicas, contrárias a abordagens generalistas e homogêneas, em especial, a partir de naturalizações de estudos antropológicos, em torno do referido tema (CALLARD, 2019, 9).

Conforme Callard, a crença em fantasmas era vista com desconfiança pela Igreja cristã-católica, por se tratar de um resquício do paganismo. Todavia, com a construção do Purgatório, em fins do século XII, a possibilidade de os mortos virem a assombrar os vivos passou a ser aceita e difundida no âmbito religioso. Com essa nova perspectiva, a divindade poderia autorizar as almas dos falecidos a deixarem brevemente o Purgatório, para admoestar os vivos e/ou solicitar que intervissem em seu auxílio em busca de acelerar a sua expiação. Considerando o período medieval, a autora se aproxima das considerações de Jean-Claude Schmitt, apontando que a Igreja fomentou a repercussão em torno dos relatos de fantasmas, a serviço da pastoral do medo, com a finalidade de organizar e promover a relação de solidariedade entre os vivos e os mortos (CALLARD, 2014, 1; 2019, 11; SCHMITT, 1999, 19). Tendo como recorte temporal a Idade Moderna, a contribuição de Caroline Callard é mostrar que, apesar de importantes transformações

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do período, como, por exemplo, do surgimento dos Estados Modernos, das reformas religiosas, do Renascimento e, também, do Iluminismo, as crenças religiosas não desapareceram. Pelo contrário, em especial, no que tange às mentalidades em torno de fantasmas, a historiadora observou a sua proliferação e divulgação (CALLARD, 2014, 2019).

A partir dos trabalhos aqui mencionados, podemos perceber que, apenas as abordagens de Schmitt e Callard se aproximam mais diretamente da nossa intenção de estudo, levando em conta a atenção dada por ambos àqueles que não tiveram uma Boa Morte. Contudo, não realizaram um estudo específico sobre a Má Morte católica. Portanto, nota-se que na historiografia internacional, ainda não há pesquisas específicas que enfoquem nosso objeto de pesquisa. Essa lacuna também pode ser identificada na historiografia brasileira dedicada aos estudos sobre a morte, pois questões sobre a Má Morte ou o Mal Morrer aparecem apenas como aspecto pontual das investigações sobre o Bem Morrer católico.

O trabalho de João José Reis se constitui hoje num clássico nos estudos brasileiros ao pesquisar as práticas católicas e africanas do Bem Morrer, até meados do século XIX. Em relação a ambas, menciona os receios da não integração de certos mortos no além-túmulo pelo não cumprimento de partes dos ritos, originando almas penadas que atormentariam os vivos (REIS, 1991, 112). Apesar de não avançar a sua análise nesse aspecto, é importante considerarmos aqui que essas concepções estavam presentes no passado brasileiro.

Adalgisa Arantes Campos é uma das pioneiras no estudo das representações e práticas em torno do Purgatório no Brasil, a partir de fontes iconográficas. Em seu estudo sobre as Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório, nas Minas Gerais setecentistas, ela analisou a dimensão desse Terceiro Lugar da escatologia católica no barroco brasileiro, a partir da atuação dessas instituições leigas voltadas para o culto das almas em aflição por conta da expiação dos pecados (CAMPOS, 2013). Entretanto, sua análise aborda mais os caminhos da busca da salvação do que aspectos da condenação das almas após a morte.

Claudia Rodrigues analisou as concepções e práticas ligadas ao Bem Morrer no Rio de Janeiro colonial, enfocando a disseminação dos ensinamentos eclesiásticos nos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

manuais de bem morrer. Para isso, pesquisou a estrutura e circulação de um dos *best-sellers* deste tipo de literatura devocional, que foi o do jesuíta Estevão de Castro, que circulou no mundo luso-brasileiro por um século, entre meados do século XVII e meados do XVIII (RODRIGUES, 2005). Apesar de ser o primeiro trabalho brasileiro que fez uso intenso de um manual de bem morrer, a autora não enfocou o Mal Morrer.

Analisando igualmente a boa morte ou o bem morrer católicos para as Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, Sabrina Sant’Anna argumenta que, apesar da intenção dos moradores dessa capitania de salvar a alma no cotidiano, não seguiam, contudo, uma vida ascética, de autoavaliação, zelando por uma existência virtuosa, conforme preconizavam os ensinamentos cristão, a respeito da finitude (SANT’ANNA, 2006, 69-73). A partir deste aspecto, ela aborda a contraposição entre dois tipos de mortos ou mortes: a morte do justo e a do pecador. A primeira se referia àquele que teria seguido os aconselhamentos eclesiásticos e, por conseguinte, morreria em paz, condição que transparecia em uma série de pinturas nas quais o moribundo é retratado com expressão serena, em cenário que remete à simplicidade do indivíduo desprendido em relação aos bens materiais e aos anseios carnis, rodeado de seres celestiais, com o diabo apresentado num canto, derrotado. Em contrapartida, a morte do pecador era retratada pela imagem do moribundo em agonia, num cenário que remete aos pecados da luxúria e da cobiça, rodeado de seres infernais, negligenciando as possibilidades de salvação (SANT’ANNA, 2006, 56-68). Apesar de a autora não aprofundar a análise, é possível cotejar essa iconografia com outros documentos que lhe permitissem compreender a recepção da pedagogia católica, em especial no que tange à morte do pecador.

Tanto em sua dissertação de Mestrado como na tese de doutorado, desenvolvidas na área de História da Arte, Tamara Quírico tangenciou o tema da Má Morte ao focar o Juízo Final na sua investigação de pinturas do período renascentista e da Baixa Idade Média, respectivamente (2003; 2009). Segundo a autora, em meados do século XIV nota-se um aumento de representações imagéticas (como em afrescos de igrejas) a respeito dos pecados capitais e da condenação ao inferno. Essas produções evidenciam a atuação eclesiástica a fim de intimidar os fiéis, apresentando os pecados que deveriam ser evitados. A percepção em torno dessas representações é ainda mais explícita quando se realiza a associação entre a imagem do pecado cometido e o tipo de punição que o fiel

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

receberia no Além-túmulo (QUÍRICO, 2009, 37; 2010, 135). Apesar de não estudar a produção imagética do Juízo Final na América Portuguesa, suas pesquisas nos serão muito importantes por enfocarem aspectos comuns das representações escatológicas aqui tratadas que serviriam de base para a elaboração das obras de cunho devocional com vistas a divulgar as concepções e práticas sobre o Mal Morrer no Brasil colonial.

Clara Braz dos Santos estudou os textos de religiosos –sermões, livros de devoção, elogios e sonetos fúnebres – que circularam no Brasil colonial, entre os séculos XVII e XVIII. Ao pesquisara produção de pregadores e moralistas a autora analisa a pedagogia católica sobre como os fiéis deveriam lembrar-se cotidianamente da morte, como se ela já tivesse ocorrido ou próximo de acontecer, amparados pelos preceitos eclesiástico, a fim de se tornar ais preparado quando o derradeiro fim estivesse realmente próximo. Segundo Clara Braz, o investimento da Igreja na moralização dos fiéis foi cunhado sob o controle da consciência e dos comportamentos, conforme a espiritualidade que passou a ser difundida após o Concílio de Trento (1545-1563) (SANTOS, 2016, 12-13). Apesar de ter como enfoque as práticas de Bem Viver e Bem Morrer, Clara Braz realizou uma breve consideração dos malogros que poderiam ocorrer àqueles que durante a sua existência não estivessem preparados para o Além-túmulo. Conforme a autora, havia alguns tipos de mortes consideradas ruins, indicando que o defunto era pecador e que sua alma estaria no Inferno. Difundia-se a ideia de que eram as mortes súbitas que impediriam a realização de confissão e das últimas vontades, ocorrendo geralmente quando os pecados eram cometidos. Os religiosos diziam que a morte inesperada poderia significar duas coisas: castigo divino, devido à má conduta dos fiéis, ou atuação diabólica, impedindo os pecadores de realizarem a última confissão. Segundo esses textos, a morte ruim resultaria do esquecimento da morte e do Além-túmulo nas reflexões cotidianas dos fiéis (SANTOS, 2016, 113-117).

Com exceção da abordagem de Quírico, os demais trabalhos da historiografia brasileira acima citados nos permitem observar que os ensinamentos em torno da Má Morte se faziam presentes na sociedade colonial brasileira. É em torno desse e de outros rastros que pretendo seguir em busca de preencher essa lacuna historiográfica, ao focar as representações sobre a Má Morte ou o Mal Morrer no discurso eclesiástico católico no Mundo luso-brasileiro, entre os séculos XVII e XVIII, a partir de obras de literatura

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

devocional publicadas em Portugal e apropriadas na América Portuguesa. A justificativa para esse recorte temporal é ter sido esse o período de auge da disseminação da literatura devocional sobre o morrer no mundo luso-brasileiro, como apontou Ana Cristina Araújo, e que se expressou na proliferação de manuais de bem morrer produzidos, publicados e com circulação em Portugal e em diferentes áreas dos domínios portugueses, a exemplo do Brasil (ARAÚJO, 1997, 147). Para além dos manuais de bem morrer, outros tipos de textos foram produzidos e divulgados com vistas a transmitir os ensinamentos eclesiásticos que deveriam orientar as atitudes dos fiéis católicos diante da morte e do além-túmulo, conforme a escatologia cristã-católica, como os sermões.

A difusão da literatura cristã-católica na América Portuguesa

A difusão desses textos e seus conteúdos adentrou a América portuguesa visando a instrução dos fiéis no processo de evangelização, utilizando-se do medo da condenação eterna no além-túmulo como estratégia para que os fiéis vivessem uma vida ascética e devota conforme as diretrizes eclesiásticas (DELUMEAU, 2009, 365; FLECK e DILLMANN, 2015a, 1164). Segundo Roger Chartier, a “revolução da leitura” no século XVIII ocorreu devido a alguns fatores, como o aumento da produção do livro, a multiplicação e a transformação dos jornais, o sucesso em torno da publicação de pequenos formatos, a diminuição do preço dos livros devido as contrafações e, também, com a multiplicação das sociedades de leitura (CHARTIER, 1994, 189). Foi nesse processo de transformação das atividades editoriais que ocorreu a escrita, tradução e reedição de muitos livros religiosos destinados à instrução moral e teológica, tanto dos fiéis como do clero. Essas obras não ficaram restritas à Europa, onde eram escritas e publicadas, ganhando ampla circulação e alcançando a América portuguesa (FLECK e DILLMANN, 2015b, 91; ABREU, 2001).

No período colonial, a presença de livros religiosos e manuais devocionais ocorreu, sobretudo, por meio de aquisições de manuscritos e publicações por parte do clero secular e daquele vinculado às ordens religiosas, que mantinham obras dessa natureza em suas bibliotecas (FLECK e DILLMANN, 2012, 84). A difusão dessas obras no conjunto da população, mesmo a iletrada, se dava principalmente em missas, no momento de administrar os últimos sacramentos aos moribundos e de acompanhar o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passamento dos fiéis, ao serem contratados para proferirem elogios fúnebres de membros da elite colonial, por ocasião de funerais cotidianos no momento da encomendação do cadáver, etc. Ocasões em que a escatologia católica se disseminava em ambientes coletivos por meio da oralidade. Além disso, os próprios fiéis letrados e membros de irmandades religiosas podiam partilhar o conteúdo da sua leitura individual e/ou visualização da iconografia que compunha esses textos entre os seus conhecidos (FLECK e DILLMANN, 2015b, 92 e 105).

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa selecionamos duas tipologias de obras de cunho devocional produzidas por membros do clero católico no mundo luso-brasileiro que são manuais de bem morrer e sermões voltados para o tema da morte. A distinção entre ambas as documentações está no fato de que os manuais de bem morrer possuíam uma linguagem escrita e os sermões eram proferidos no púlpito nas principais igrejas e capelas do Brasil colonial e, posteriormente, publicados (SANTOS, 2016, 100). Apesar dessas particularidades, não ignoro que ambos os formatos influenciaram um ao outro, reciprocamente, por meio da leitura e/ou oralidade, entre os clérigos envolvidos nesse processo de elaboração da escrita e/ou da prédica (DELUMEAU, 2003, 64). A investigação do conteúdo destes textos permite identificar as formas pelas quais a Má Morte ou o Mal Morrer eram referenciados, sua definição, caracterização, eventuais exemplos/relatos de casos (como os que apareciam nos relatos de “*revenants*” estudados por Jean-Claude Schmitt e Marta Miriam Ramos Dias), relacionar as causas atribuídas ao Mal Morrer, dentre outros aspectos. Ao analisar os livros e textos da literatura devocional pretendo demonstrar que a pedagogia do medo incutida nessas publicações possuía o caráter de disciplinarização social (PALOMO, 1997; RODRIGUES, 2016) advindo da Igreja para com os seus fiéis. Por meio da disciplina católica, a hierarquia eclesiástica buscava impor seu projeto de cristianização e catequese, fomentando o compromisso entre o fiel e a sua profissão de fé (REINHARD, 1997, 15-35; RODRIGUES, 2016, 3). É nesse sentido que procurarei compreender como essas obras da literatura devocional faziam uso do tema da Má Morte para convencer os fiéis sobre a importância de seguirem os ensinamentos e doutrinas católicas ainda em vida para que não sofressem os castigos do Além-túmulo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Considerações finais

Os manuais de bem morrer da Época Moderna eram compostos majoritariamente por textos, contendo pouca ou nenhuma ilustração, comparadas às *ars moriendi* medievais. Tinham por finalidade a instrução de sacerdotes ou leigos que fossem acompanhar os últimos momentos de um moribundo. Seu conteúdo apresentava as recomendações, orações, gestos e ritos que auxiliassem a confortar o fiel que estivesse no leito de morte.

Os sermões eram elaborados para serem pronunciados oralmente para um vasto público presente em determinada cerimônia. Considerando que a grande maioria da população na América Portuguesa era iletrada, esses eventos contribuíram para ampliar os ensinamentos católicos contidos naqueles pronunciamentos.

Conforme apresentado ao longo do texto, o principal objetivo dessa pesquisa em fase inicial é identificar e analisar o discurso da Igreja Católica acerca da “Má Morte” em manuais de Bem Morrer e sermões da literatura devocional voltada para a instrução e o convencimento dos fiéis acerca da morte, produzidos e divulgados no mundo luso-brasileiro, entre os séculos XVII e XVIII.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. “Quem lia no Brasil colonial?”. In: **Congresso Brasileiro da Comunicação INTERCOM: A mídia impressa, o livro e o desafio das novas tecnologias**—Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2001.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A morte em Lisboa: Atitudes e Representações, 1700-1830**. Lisboa: Poliedro da História, 1997.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____, Philippe. **História da morte no ocidente: Da Idade Média aos nossos tempos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

CALLARD, Caroline. “Voir les fantômes: entre science des spectres et psychomachie mystique (fin XVI^e- début XVII^e siècles)”. In: CHRISTIN, Oliver e FLÜCKIGER, Fabrice (Org.). **Marie Mondialisée. L’Atlas Marianus de Wilhelm Gumpfenberg et les topographies sacrées de l’époque moderne**. Neuchâtel: Alphil, 2014.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

_____, Caroline. **Le temps des fantômes**: spectralités de l'âge moderne (XVI^e-XVII^e siècle). Paris: Fayard, 2019.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório**: culto e iconografia no setecentos mineiro. Belo Horizonte: C/ Arte, 2013.

CHARTIER, Roger. “Do códice ao monitor: a trajetória do escrito”. In: **Estudos Avançados**. N° 8 (21), 1994, pp. 185-199.

_____, Roger. “Normas e Condutas: As artes de morrer (1450-1600)”. In: **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DELUMEAU, Jean. **O Pecado e o Medo**: a culpabilização no Ocidente (Séculos XIII-XVIII). Vol. 1 e 2. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____, Jean. **História do medo no Ocidente, 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Marta Miriam Ramos. Os outros na Idade Média – fantasmas e revenants. In: **Revista Cem/ Cultura, Espaço e Memória**. N° 6, 2015, pp. 11-21.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann e DILLMANN, Mauro. ““A vossa graça nos nossos sentimentos”: a devoção à Virgem como garantia da salvação das almas em um manual de devoção do século XVIII”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, n° 63, 2012, pp. 83-118.

_____, Eliane Cristina Deckmann e DILLMANN, Mauro. ““O demônio não é tão feio como se pinta”: representações do inferno e dos demônios na obra *Desengano dos Pecadores*, do padre Alexandre Perier (1724)”. In: **Diálogos** (Maringá. Online), v. 19, N° 3, set.-dez./2015a, pp. 1161-1191.

_____, Eliane Cristina Deckmann e DILLMANN, Mauro. “A literatura cristã-católica europeia e sua circulação na América: as potencialidades de um arquivo para pesquisas sobre a história das religiões e das religiosidades”. In: **Revista del Cesla**. N° 18, 2015b, pp. 89-116.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção. Gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivados, casamento, funerais, estações, etc. 4^o edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

LECOUTEUX, Claude. **Fantasmas y aparecidos em la Edad Media**. Barcelona: Olañeta, 1999.

LE GOFF, Jacques. “O Tempo do Purgatório”. In: **O imaginário medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, pp. 109-122.

_____, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Petrópolis: Vozes, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PALOMA, Federico. ““Disciplina christiana”: apuntes historiográficos en torno a la disciplina y el disciplinamiento social como categorías de la historia religiosa de la alta edad moderna”. In: **Cuadernos de Historia Moderna**, nº 18, 1997, pp. 119-136.

QUÍRICO, Tamara. **O Juízo final de Michelangelo**: questões iconográficas e a polêmica do Cinquecento sobre o afresco sistino. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Unicamp, 2003.

_____, Tamara. **Inferno e Paradiso**. Dante, Giotto e as representações do Juízo Final na pintura Toscana do século XIV. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____, Tamara. “As funções do Juízo final como imagem religiosa”. In: **História [online]**. 2010, vol.29, n.1, pp. 120-148.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REINHARD, Wolfgang. “Las élites del poder, los funcionarios del Estado, las classes gobernantes y el crecimiento del poder del Estado. In: REINHARD, Wolfgang (Org.). **Las élites del poder y la construcción del Estado**. Fondo de Cultura Económica, 1997, pp. 15-35.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____, Claudia. “As experiências da morte no Rio de Janeiro colonial”. In: **As experiências sociais da morte**: diálogos interdisciplinares. OMENA, Luciane Munhoz de e FUNARI, Pedro P. A. (Org.). Jundiaí: Paco Editorial, 2017, pp. 95-132.

RODRIGUES, Rui Luis. “Os processos de confessionalização e sua importância para a compreensão da história do ocidente na primeira modernidade (1530-1650)”. In: **Revista Tempo**. Vol. 23, nº 1. Jan./Abr. 2017, pp. 1-21.

SANT’ANNA, Sabrina Mara. **A boa morte e o bem morrer**: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SANTOS, Clara Braz dos. **O exercício moral de memória da morte nos escritos religiosos do Brasil colonial (séculos XVII e XVIII)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: UNESP, 2016.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THOMAS, Louis-Vincent. **Antropología de la muerte**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

VAUCHEZ, André. **Les laïcs au Moyen Age. Pratiques et expériences religieuses.** Paris: Éditions du CERF, 1987.

VOVELLE, Michel. **Piété baroque et déchristianisation em Provence au XVIII siècle.** Paris: Éditions Du Seuil, 1978.

_____, Michel. **La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours.** Paris: Gallimard, 1983.

_____, Michel. **As almas do Purgatório: ou o trabalho de luto.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.